

LICENÇA DE RECINTO

Itinerante

Improvisado

Diversão Provisória

Ex.mo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Terras de Bouro

Requerente: _____

Morada/Sede: _____

Código Postal: _____ - ____ Freguesia: _____ Concelho: _____

BI/C. Cidadão: _____ Arquivo: _____ Validade: ____/____/____

NIF/NIPC: _____ Profissão/Atividade: _____

Telefone: _____ Telemóvel: _____ Fax: _____

Correio Eletrónico: _____

Qualidade: _____ C.A.E. _____

Vem requerer, a concessão da licença para a instalação e funcionamento de:

RECINTO ITINERANTE

- Circos ambulantes
- Praças de touros ambulantes
- Pavilhões de diversão
- Carrosséis
- Pistas de carros de diversão
- Outros divertimentos mecanizados

RECINTO IMPROVISADO

- Tendas
- Barracões
- Palanques
- Estrados e palcos
- Bancadas provisórias

RECINTO DE DIVERSÃO PROVISÓRIA

- Estádios e pavilhões desportivos
- Garagens
- Armazéns
- Estabelecimentos de restauração e bebidas

Local da instalação _____, freguesia de _____, nos dias _____, do mês de _____, com início às _____ e termo às _____ horas, com a área de _____ m², com a lotação de _____ lugares, e com as seguintes características: _____

Elementos a anexar ao pedido, quando exigíveis:

- Cópia do C.C. ou B.I. e NIF
- Cópia do último certificado e inspeção de cada equipamento, quando o mesmo já tenha sido objeto de inspeção
- Cópia da apólice de seguro de responsabilidade civil, válida, que cubra os riscos do exercício das atividades dos intervenientes no processo
- Cópia da apólice de seguro de acidentes pessoais, válida, que cubra os danos causados nos utentes, em caso de acidente
- Realizando-se o evento em terreno do domínio privado, o requerimento é ainda complementado com declaração de não oposição à sua utilização para instalação do recinto, por parte do respetivo proprietário
- Plano de evacuação em situações de emergência
- Planta com disposição do equipamento e demais atividades
- Planta de localização com o local devidamente assinalado

<p style="text-align: center;">Pede deferimento,</p> <p style="text-align: center;">Terras de Bouro, _____ de _____ de 20____</p> <p style="text-align: center;">O requerente,</p> <p style="text-align: center;">_____</p> <p>B.I/C.C _____ emitido/válido até ____/____/____ Arquivo _____</p> <p style="text-align: center;"><small>(Dados a preencher pelo signatário, nos termos do Decreto – Lei n.º 250/96, de 24 de dezembro)</small></p>	<p>Reservado aos Serviços</p>
<p>Ato pago ao Município, nos termos da tabela de taxas e licenças em vigor, através da:</p> <p>Guia de Receita n.º _____, emitida em ____/____/____</p>	

Informação de Recolha de Dados Pessoais

O Município de Terras de Bouro, responsável pelo tratamento dos dados deste documento, e eventuais anexos, informa que:

- a) A finalidade do tratamento dos dados pessoais é a expressa no presente documento e eventuais anexos;
- b) O fundamento legal desse tratamento é o fornecimento de bens e/ou prestação de serviços, e o cumprimento das obrigações contratuais e legais daí decorrentes na prossecução do interesse público e exercício de autoridade pública.
- c) Os dados serão tratados por entidades terceiras/subcontratantes apenas por força de disposição legal ou por estrita necessidade da efetivação das finalidades referidas.
- d) Os dados pessoais recolhidos, serão somente conservados pelo tempo estritamente necessário ou cumprimento de prazo fixado por Lei.
- e) O titular dos dados pode exercer os direitos previstos no referido RGPD, designadamente o direito de informação, de acesso, de retificação, de apagamento, de limitação do tratamento, de portabilidade, de oposição e de reclamação para autoridade de controlo - Comissão Nacional de Proteção de dados - Av. D. Carlos I, 134 - 1.º 1200-651 Lisboa - e-mail: geral@cnpd.pt, sem prejuízo das finalidades e prazos de conservação acima referidos. O Encarregado de Proteção de Dados pode ser contactado através do endereço de correio eletrónico dpo@cm-terrasdebouro.pt.
- f) A comunicação dos dados pessoais recolhidos constitui, requisito de cumprimento da finalidade indicada, e/ou obrigação legal e contratual, pelo que o titular está obrigado a fornecê-los e a atualizá-los.